

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Trata o presente processo dos procedimentos necessários visando à aquisição de insumos odontológicos com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito da Coordenadoria de Saúde – CSAUD, unidade requisitante da contratação, documentada na SIE nº CSAUD0172/2024, tendo como base a **Lei nº 14.133/21**.

Conforme relatado na solicitação supracitada, a unidade demandante justifica que as quantidades estimadas foram projetadas com base no consumo mensal de materiais odontológicos e na necessidade de reposição destes, bem como informa que os documentos de planejamento, notadamente ETP e Mapa de Riscos, devido ao levantamento de mercado que sinalizou uma estimativa orçamentária preliminar de custos no valor de R\$ 27.949,95 (vinte e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos), possibilitando o enquadramento da contratação na dispensa por valor (art. 75, inciso II, Lei nº 14.133/21)¹, foram dispensados, utilizando-se unicamente o Termo de Referência – TR, conforme previsto no art. 14, inciso I da IN nº 58/2022² e no art. 47 do Ato Normativo TCE-RJ nº 249/2023³.

Dito isto, em 10.05.24, o **Núcleo de Pesquisa de Preços – NPP/CLC**, após análise realizada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC, contida na peça nº. 1, do artefato que subsidia a contratação direta em tela, ao iniciar os

¹ **Art. 75.** É dispensável a licitação.
(...).

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no caso de outros serviços e compras. (R\$ R\$ 59.906,02 – atualizado pelo Decreto nº 11.871/23)

² **IN nº 58/2023**

Exceções à elaboração do ETP

Art. 14. A elaboração do ETP:

I - é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021;

³ **Ato Normativo nº 49/2023**

Art. 47. Se o custo da contratação, estimado pela UD, se enquadrar nos limites estabelecidos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/21, será dispensada a elaboração de ETP e do Mapa de Risco e, neste caso, a unidade demandante deverá utilizar a minuta-padrão de TR ou de PB própria para a contratação por dispensa em razão do valor, que contém os elementos indispensáveis à contratação.

procedimentos de pesquisa de preços em sítios comerciais (internet) e em contratações similares efetuadas no âmbito da Administração Pública, verificou que alguns itens não foram especificados de forma completa impossibilitando a cotação e, identificado, também, “**variações muito grandes de preços** *dispostos em sítios de internet e em contratações efetuada pela Administração Pública*”, retornando, desta forma, o processo à CSAUD para análise e adoção dos seguintes apontamentos:

- a. Revisão das especificações técnicas dadas aos itens 49, 50, 101 e 102.
- b. Análise e deliberação a respeito dos preços orçados por este setor, dispostos nos Anexos 1 e 2 e dos apontamentos consignados no Anexo 3 desta instrução, para que sejam indicados os preços ali apresentados que deverão ser desconsiderados na formação do preço estimado, por não serem representativos para o objeto que se pretende contratar – especialmente em razão das divergências existentes entre os valores dispostos em sítios na internet e os que foram pactuados no âmbito da Administração Pública, como nos exemplos citados nesta instrução e no Anexo 3.
- c. Reavaliação do critério de julgamento das propostas, de menor preço por lote para menor preço por item, pelos motivos aqui expostos.

Em atendimento, a CSAUD acostou aos autos a nova versão do Termo de Referência – TR contemplando as alterações propostas pelo NPP/CLC (peça nº. 11).

Ato contínuo, o NPP/CLC, em nova manifestação (peça nº 35) informa que a referida contratação será realizada através de **dispensa de licitação**, com base no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o **Aviso de Dispensa Eletrônica e anexos**, seguindo o rito apresentado na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021**, na forma prevista no art. 187 da NLLC.

No que tange a pesquisa de preços, o NPP optou pela utilização prevista no art. 16, § 1º, da IN nº 67/2021⁴ e no art. 7º, § 4º, da IN nº 65/2021⁵ para realizar estimativa de preços de forma concomitante à seleção da proposta mais vantajosa e não divulgar uma planilha orçamentária e para que o TCE-RJ não ficasse à mercê da disputa e dos valores ali ofertados, a pesquisa de preços foi concluída de acordo com a IN nº 65/2021 e elaborados os parâmetros de referência.

Aquele Núcleo destacou que, inicialmente, tentou atingir valores dentro do parâmetro obtido na pesquisa de preços efetuada em contratações similares feitas pela Administração Pública, conforme determina o § 1º do art. 5º da **IN SEGES /ME Nº 65/2021**.⁶ No entanto, dos 109 itens em disputa, apenas 5 ficaram dentro desse parâmetro.

⁴ Art. 16. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas.

§ 1º Na hipótese de a estimativa de preços ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do § 4º do art. 7º da Instrução Normativa nº 65, de 2021, a verificação quanto à compatibilidade de preços será formal e deverá considerar, no mínimo, o número de concorrentes no procedimento e os valores por eles ofertados.

⁵ Art. 7º. Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, aplica-se o disposto no art. 5º. (...)

§ 4º Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a estimativa de preços de que trata o caput poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

6 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

Assim sendo, em atendimento ao disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/21⁷, a CLC efetivou a publicação do **Aviso de Dispensa Eletrônica nº 13/2024**, no sistema Compras.gov, no PNCP e no portal do TCE-RJ, realizando, regularmente, a **etapa de lances com participação de 24 (vinte e quatro) empresas e as fases de julgamento das propostas de preços e de habilitação**, conforme comprovam documentos juntados às peças nºs. 15 a 31.

O NPP informa, também, “no que concerne às condições de participação no certame, será adotada a **preferência para microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, na forma do inciso IV do art. 49 da Lei Complementar nº 126/06**.”

O NPP/CLC relata, ainda, que em virtude da quantidade de itens que compõem este procedimento, e visando não tumultuar o chat do sistema com mensagens de negociação item a item, o que poderia dificultar a comunicação com os fornecedores, a negociação foi realizada também por e-mail e por whatsapp (**peça nº 16**) havendo, no entanto, o efetivo registro dessas negociações no sistema em momento oportuno, tendo optado por adotar o parâmetro de preços obtidos na pesquisa realizada em sítios eletrônicos de amplo domínio na internet tendo em vista que, nas tentativas de negociação, as empresas não conseguiriam ofertar valores obtidos em contratações similares efetuadas no âmbito da administração.

⁷ Em suas anotações sobre esses detalhes da dispensa, Nyura Disconzi da SILVA acrescenta que: “(...) o §3º do art. 75 da Lei 14.133/2021 estabelece que as contratações diretas pelo valor devem, preferencialmente, ter aviso divulgado em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 3 dias úteis, de forma a convocar os particulares que atuam no ramo do objeto a apresentar propostas, o que se entende salutar, dado que com isso se confere publicidade aos atos e evita-se abusos ou desvios. Acresce, ademais, que deve ser selecionada a proposta mais vantajosa, o que se constitui, aliás, em obrigação do administrador.” (SILVA, Nyura Disconzi da. “A dispensa pelo valor na Lei 14.133/2021”. Portal JML, 2022. Acesso em: 03.06.23. Disponível em: https://portal.jmlgrupo.com.br/pagina.php?area=coluna-juridica&acao=download&dp_id=240.)

Por conseguinte, obteve-se o seguinte resultado:

EMPRESA	CNPJ	Nº DE ITENS	VALOR DOS ITENS MÉDIA	VALOR DOS ITENS INTERNET	VALOR DOS ITENS ÓRGÃOS PÚBLICOS	VALOR FINAL SEM NEGOCIAÇÃO	VALOR FINAL PACTUADO
BIONDI & BUSH COMERCIAL LTDA	52.448.548/0001-00	33	R\$ 5.564,67	R\$ 12.141,75	R\$ 5.082,42	R\$ 12.579,42	R\$ 10.287,51
OK DENTAL COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO MEDICO E HOSPITALAR LTDA	23.460.299/0001-62	31	R\$ 3.800,82	R\$ 7.097,87	R\$ 3.218,22	R\$ 8.130,66	R\$ 4.448,98
DENTAL PARAMETRO ARTIGOS ODONTOLOGICOS E AREA DA SAUDE LTDA	15.072.183/0001-28	29	R\$ 6.153,06	R\$ 10.620,38	R\$ 5.084,27	R\$ 17.761,92	R\$ 9.878,04
SHAPER DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA	07.692.39/0001-00	3	R\$ 758,12	R\$ 1.283,06	R\$ 692,10	R\$ 998,90	R\$ 974,90
M2 SUPRIMENTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA	42.616.382/0001-22	3	R\$ 940,30	R\$ 2.408,20	R\$ 941,30	R\$ 1.400,00	R\$ 1.400,00
31.244.626 GLAUCIANE MARQUES DA SILVA PRADO	31.244.626/0001-77	2	R\$ 5.909,00	R\$ 5.909,00	R\$ 0,00	R\$ 3.840,00	R\$ 3.680,00
28.666.694 GEOVANE GOMES DA SILVA	28.666.694/0001-10	1	R\$ 49,20	R\$ 61,84	R\$ 46,32	R\$ 38,00	R\$ 38,00
53.584.024 MARQUES SABINO BRANDAO	53.584.024/0001-00	1	R\$ 304,20	R\$ 627,80	R\$ 312,60	R\$ 900,00	R\$ 900,00
ANDERSON SCARPIM JUSTINO	16.633.51/0001-80	1	R\$ 677,34	R\$ 854,46	R\$ 539,76	R\$ 1.170,00	R\$ 750,00
COMERCIAL TARGET HOSPITALAR COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	19.367.167/0001-13	1	R\$ 188,50	R\$ 505,20	R\$ 183,60	R\$ 360,00	R\$ 360,00
GSAFI LTDA	46.022.535/0001-64	1	R\$ 1.546,60	R\$ 2.177,50	R\$ 890,90	R\$ 2.799,80	R\$ 2.600,00
HILLMANN E GERMANO COMERCIO E SERVICOS LTDA	51.461.989/0001-71	1	R\$ 81,34	R\$ 263,72	R\$ 84,00	R\$ 199,78	R\$ 191,78
VL BELTRAME LTDA	15.396.747/0001-88	1	R\$ 232,00	R\$ 511,50	R\$ 246,00	R\$ 99,50	R\$ 75,00
TOTAIS		108	R\$ 26.205,15	R\$ 44.462,28	R\$ 17.321,49	R\$ 50.277,98	R\$ 35.584,21

Registre-se que o item 23 restou fracassado tendo em vista que as duas empresas solicitaram desclassificação.

A **instância técnica (CSAUD)** se manifestou de forma positiva quanto à aceitação das propostas apresentadas (peça nº 32)⁸.

Ademais, a **documentações exigidas para habilitação**, previstas no item 6 do aviso de dispensa, **encontram-se regular**, conforme comprovantes de peças nºs. 19 a 31.

O valor global a ser pactuado com esta despesa é de **R\$ 35.584,21 (trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos)**.

Conforme relato do NPP/C, *“pela análise da planilha, com a negociação, percebe-se que o preço final sofreu uma redução de R\$ 14.693,77 em relação ao menor preço ofertado pelos vencedores da disputa (de R\$ 50.277,98 para R\$ 35.584,21). Ademais, o valor global da aquisição ficou abaixo do preço obtido na pesquisa feita em sítios eletrônicos no montante de R\$ 8.878,07”*.

⁸ “Ciente da contratação desta empresa, atesto não haver óbice nenhum.”

Ressaltamos, ainda, **pela desnecessidade de encaminhamento do processo à submissão da análise de legalidade pelo órgão de assessoramento jurídico**, a que se refere o § 4º do art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021, considerando o contido no inciso I do art. 1º da Portaria PGT n. 001/2024, que regulamenta as **hipóteses de dispensa de análise jurídica em processos licitatórios** no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), *in verbis*,

“Art. 1º - Ficam dispensadas de análise jurídica específica pela Procuradoria Geral do Tribunal (PGT), na forma §5º do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes hipóteses de contratações diretas:”

I – dispensas em razão do baixo valor, nos termos e limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, realizadas por meio de dispensa eletrônica, com publicação no PNCP e no sítio oficial do TCE-RJ, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, aplicável nos termos do art. 187 da Lei nº 14.133/2021, desde que utilizados os modelos de artefatos elaborados pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU e já aprovados por esta Procuradoria-Geral nos autos do Processo TCE-RJ nº 300.756-1/2022, em consonância com o art. 187 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser dispensado o ETP, de acordo com a complexidade do caso, de forma justificada, nos termos da faculdade contida no inciso I do art. 72 da referida Lei.

Cumprе destacar que, nesta data (26.07.24), em complemento à documentação de habilitação, foi anexado o SICAFI da empresa BIONDI & BUSH COMERCIAL LTDA. CNPJ nº 52.448.548/0001-00 (peças nºs. 36 e 37).

Assim sendo, cumpridas as formalidades legais, o procedimento foi **adjudicado e homologado**, em 26.07.24, no sistema Compras.gov, conforme **Relatório da Dispensa Eletrônica nº 90013/2024**, anexado nos autos nesta data.

Por fim, informo que os autos deste processo foram enviados para exame dos procedimentos de contratação direta por dispensa eletrônica em 24.07.24, com prazo final análise para o dia 26.07.24, tendo sido utilizados os 02 (dois) dias úteis disponíveis para verificação conforme tabela I apresentada no Ato Normativo nº 249/2023.

Em face do exposto, comprovada a necessidade da despesa, cumpridas as formalidades legais e tendo sido adjudicado e homologado o procedimento de contratação direta do objeto no sistema Compras.gov (arquivo digital - RELATÓRIO HOMOLOGAÇÃO DISPENSA – dia 26.07.24), encaminho o presente para análise e deliberação, com vistas, se for o caso, à autorização da despesa por dispensa de licitação, com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, para que seja solicitado à CPG as medidas necessárias à emissão de empenho, em favor das empresas vencedoras, nos termos das Propostas Comerciais apresentadas ao final da disputa (peça nº 18).

Alexandre Tenorio Rocha
Assessor
Matr.: 02/3839

À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária – CPG,

Em consonância com o estabelecido no art. 42 da Lei Complementar Federal nº 101/200 (Lei de Responsabilidade Fiscal)⁹, considerando tratar-se de nova contratação, ao avaliar o enquadramento da despesa em tela quanto aos requisitos de pré-existência, continuidade e essencialidade, declaro tal despesa como: **DESPESA NÃO TIPIFICADA.**

Ante o exposto, manifestando-me de acordo com a proposta formulada pela Assessoria desta SUBLIC, em face da delegação de competência prevista no Ato Executivo nº 25.541/23, bem como do disposto no art. 72, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, **AUTORIZO** a despesa por dispensa de licitação, ex vi do inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com a emissão de empenho à conta do presente exercício financeiro, dos seguintes fornecedores e valores.

Fornecedor	CNPJ	Preço Global por Fornecedor
BIONDI & BUSH COMERCIAL LTDA	52.448.548/0001-00	R\$10.287,51
OK DENTAL COMERCIO DE MATERIAIS ODONTO MEDICO E HOSPITALAR LTDA	23.460.299/0001-62	R\$4.448,98
DENTAL PARAMETRO ARTIGOS ODONTOLOGICOS E AREA DA SAUDE LTDA	15.072.183/0001-28	R\$9.878,04
SHAPER DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA	07.692.391/0001-00	R\$974,90
M2 SUPRIMENTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA	42.616.382/0001-22	R\$1.400,00
31.244.626 GLAUCIANE MARQUES DA SILVA PRADO	31.244.626/0001-77	R\$3.680,00
28.666.694 GEOVANE GOMES DA SILVA	28.666.694/0001-10	R\$38,00
53.584.024 MARQUES SABINO BRANDAO	53.584.024/0001-00	R\$900,00
ANDERSON SCARPIM JUSTINO	16.633.511/0001-80	R\$750,00
COMERCIAL TARGET HOSPITALAR COMERCIO E IMPORTACAO LTDA	19.367.167/0001-13	R\$360,00
GSAFI LTDA	46.022.535/0001-64	R\$2.600,00
HILLMANN E GERMANO COMERCIO E SERVICOS LTDA	51.461.989/0001-71	R\$191,78
VL BELTRAME LTDA	15.396.747/0001-88	R\$75,00

⁹ [Art. 42.](#) É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte se m que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (Vide Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

[Parágrafo único.](#) Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Em prosseguimento, os autos deverão seguir para a CLC para adoção das demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do referido contrato, em observância ao disposto no Parágrafo Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021., **recomendando que sejam atualizadas as certidões de regularidade por ocasião da contratação.**

LUIZ CARLOS DE JESUS SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matr.: 02/4265